



PARTICIPAÇÃO DO MÉXICO NAS RELAÇÕES INTERAMERICANAS

PARTICIPACIÓN DE MÉXICO EN RELACIONES INTERAMERICANAS

*Mateus de Sá Barreto Barros**

Resumo

Com o intuito de ilustrar a importância das relações entre os países latino-americanos é que buscou-se explicar as relações interamericanas atuais a partir da história. Aquelas, em especial no concernente aos países latino-americanos, são desprestigiadas, sobretudo, quando leva-se em consideração às políticas de Estado. No que se refere ao Brasil, muito embora haja tentativas de aproximação por parte de um governo em particular, o legislativo procura desvalorizar os logros alcançados pelos blocos comerciais latino-americanos, principalmente o Mercado Comum do Sul (Mercosul). O México, por seu turno, mesmo que busque estabelecer alianças com demais países do subcontinente, mantém um maior volume de acordos e negociações com os vizinhos do Norte e Europa. As atuais relações subcontinentais, os pré-conceitos institucionais, o menosprezo pelas nações vizinhas, não devem ser utilizadas como parâmetro ou como resumo da importância das relações estabelecidas entre os países latino-americanos ao longo da história. Ao contrário do que se imagina, tais relações são de longa data, remete-se ao século XIX. Naquele momento, os diálogos giravam em torno do reconhecimento das independências, da tentativa de estabelecer pactos de amizade e, por parte do México, acordos de defesa, uma vez que as nações latino-americanas possuíam receio de uma nova investida europeia no continente, ao mesmo tempo que sempre esteve em pauta a Integração Regional e tratados comerciais. A continuidade e o rompimento dos diálogos entre os países latino-americanos dependiam, assim como até hoje, de fatores externos: intervenções de países europeus ou Estados Unidos; crises econômicas mundiais; guerras. E internos: crises político-institucionais; conflitos sociais; crises econômicas internas – a exemplo da Venezuela. Além disso, procurou-se evidenciar o posicionamento do México a partir da mudança de eixo da Europa para os Estados Unidos no pós-guerra até a adesão ao Tratado de Livre Comércio do Norte.

Palavras-Chave: Relações Interamericanas; América Latina; México; Estados Unidos; Tratado de Livre Comércio do Norte

Resumen

Con el fin de ilustrar la importancia de las relaciones entre los países americanos es que se ha buscado explicar las relaciones interamericanas actuales a partir de la historia. Esas, en especial en lo que se refiere a los países latinoamericanos, son desprestigiadas, sobre todo, cuando se tiene en cuenta las políticas de Estado. En lo que se refiere a Brasil, aunque haya intentos de acercamiento por parte de un gobierno en particular, el legislativo busca desvalorizar los logros alcanzados por los bloques comerciales latinoamericanos, principalmente el Mercado Común del Sur (Mercosur). México, por su parte, mismo buscando establecer alianzas con otros países del subcontinente, mantiene un mayor volumen de acuerdos y negociaciones con los vecinos del Norte y Europa. Las actuales relaciones subcontinentales, los preconceptos institucionales, el menosprecio por las naciones vecinas, no deben ser utilizadas como parámetro o como resumen de la importancia de las relaciones establecidas entre los países latinoamericanos a lo largo de la historia. Al contrario de lo que se imagina, tales relaciones son de largo plazo, se remite al siglo XIX. En aquel momento, los diálogos giraban en torno al reconocimiento de las independencias, del intento de establecer pactos de amistad y, por parte de México, acuerdos de defensa, ya que las naciones latinoamericanas tenían temor de una nueva embestida europea en el continente, al mismo tiempo que mantuviera en su pauta la Integración Regional y tratados comerciales. La continuidad y el rompimiento de los diálogos entre los países latinoamericanos dependían, como hasta ahora, de factores externos: intervenciones de países europeos o Estados Unidos; las crisis económicas mundiales; guerras. E internos: crisis político-institucionales; conflictos sociales; crisis económicas internas – a ejemplo de Venezuela. Además, se intentó evidenciar el posicionamiento de México a partir del cambio de eje de Europa hacia los Estados Unidos en la posguerra hasta la adhesión al Tratado de Libre Comercio del Norte.

Palabras clave: Relaciones Interamericanas; América Latina; México; Estados Unidos; Tratado de Libre Comercio del Norte.

* Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo (DIVERSITAS/USP). Professor Doutor da Faculdade de Tecnologia de Cruzeiro (FATEC). E-mail: masbbarros@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

A história da convivência entre os Estados Unidos e a América Latina é impelida por um forte teor ideológico. Contudo, atendo-se à análise da política externa, de cada governo estadunidense em particular, é possível perceber: as pretensões imperialistas; a indiferença diante dos países da região; o descaso e a intervenção direta, sejam por meio de aparatos militares ou por seu *soft power*¹. De igual maneira, do lado latino-americano se fazem presentes: o *antiamericanismo*; as manobras realizadas pelos países ao sul no contexto hegemônico; a união e a solidariedade contra as pretensões estadunidenses².

Segundo Tulchin, o teor conflitivo atingiu o auge no período da Guerra Fria, mas estava presente desde 1898 na ocasião da Guerra Hispano-Americana, resultando na anexação de Porto Rico e no estabelecimento de um protetorado em Cuba. Contudo, acredita-se, veementemente, no fato de a guerra contra o México (1846-1848) já haver demarcado a política externa estadunidense.

Após a luta pela independência, em 1776, a Guerra contra o México/Intervenção dos Estados Unidos no México, a consequente anexação do território mexicano a Oeste foi a maior realizada por aquele país. Outrossim, a tendência imperialista daquele, marcaria, de igual feitio, as políticas dos países latino-americanos, seus posicionamentos e visões em relação à política internacional. Somado a isso, fazia-se presente um componente religioso muito forte, surgido na década de 1840, o Destino Manifesto. Os estadunidenses acreditavam, de fato, que era o povo incumbido por Deus para civilizar/humanizar a América, sem mencionar certamente, a Doutrina Monroe, nascida 20 anos antes. Percebe-se, nessa perspectiva, o fato de os rudimentos do ímpeto imperialista estadunidense, aproximarem-se, demasiadamente, do europeu.

Estes componentes serviram de pano de fundo para as relações interamericanas até o presente. Por conseguinte, elencou-se alguns momentos históricos, considerados definidores, o diálogo entre países no continente, sobretudo as relações envolvendo Brasil e México, haja vista os esforços para estabelecer diálogo entre os dois hemisférios, vínculos de amizade e formulação de acordos permearem as relações de poder existentes.

Tulchin acredita na possibilidade de a política externa latino-americana, na primeira geração pós-independência, demonstrar pouca ou nula evidência de protagonismo³. Não obstante, o fato de os países ao sul possuírem outras prioridades – conformação territorial (a Grã-Colômbia foi dividida em três países distintos: Venezuela, Equador e Colômbia); o desejo expansionista dos outros

¹ O conceito de *Soft Power* foi proposto por Joseph Nye; está relacionado com “a capacidade de um Estado em obter o que deseja através do poder de atração da sua cultura, das suas ideias, das suas políticas domésticas [sobretudo sua política macroeconômica] e de sua diplomacia”. NYE, Joseph. **Soft Power – The means to success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

² TULCHIN, Joseph S. **América Latina X Estados Unidos: Uma Relação Turbulenta**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

³ Tulchin, *op cit*.



países do continente (Argentina, Peru, Chile, Brasil); os problemas internos; entre outros – não significa dizer, em absoluto, que havia pouco protagonismo. Talvez, o que havia era menosprezo no reconhecimento de suas independências e na legitimidade dos respectivos governos.

De todo modo, o México, por ser vizinho próximo dos EUA, sentirá em maior medida, não apenas o ímpeto expansionista deste, mas também o peso de sua economia, assim como a influência direta nas políticas internas do país. Desse modo, procurou-se, nesse artigo, tratar da política externa mexicana, bem como da conformação do Tratado de Livre Comércio do Norte (TLCAN), com o intuito de compreender as relações existentes entre os EUA e o México, os projetos em comum, a exemplo da Integração Física Mesoamericana.

BREVE HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERAMERICANAS

Em se pensando as relações internacionais na América Latina, percebe-se que a dinâmica estabelecida estava diretamente concatenada, no primeiro momento, aos interesses dos países europeus e, posteriormente, à forte influência dos Estados Unidos na região. As tentativas de aproximação dos países latino-americanos tinham como pano de fundo: a conturbada conjuntura externa; os problemas sociais, políticos e econômicos internos; e a tendência expansionista dos EUA.

Nesse ínterim, ao longo desse item, apresentar-se-á um breve percurso histórico da conformação das relações internacionais interamericanas, com o intuito de compreender o forjar dos princípios ideológicos e políticos que marcariam as aproximações e a permanência do diálogo entre as nações irmãs.

O ano de 1808, com a chegada de D. João VI à Bahia, marca uma fase importante nas relações internacionais latino-americanas, uma vez que este procedeu à “abertura dos portos” às nações amigas. Para D. João, a medida tinha como objetivo o desenvolvimento das artes e das indústrias. Contudo, para a Inglaterra, a iniciativa terá outra conotação: “ver o mercado regulado pelo liberalismo universal, implantado no Brasil como a primeira experiência histórica”⁴. Seria o início dos tratados desiguais estabelecidos entre a Europa e os países latino-americanos, com o intuito de subjugar-los, estabelecendo o “imperialismo do livre comércio”⁵ como mecanismo de expansão econômica do continente europeu.

Com isso, firmavam-se as bases da dependência e atraso, visto que obstruíram o desenvolvimento da navegação e da indústria nacionais. O Tratado de Comércio e Navegação de 1810 fixava franquias nos portos dos dois países, Brasil e Inglaterra, com ilusória reciprocidade. O Brasil abriu as portas à Inglaterra que, por

⁴ CERVO, Amado Luiz. **Hegemonia coletiva e equilíbrio**: a construção do mundo liberal (1815-1871). In. SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008; CHANG, Ha-Joon. **O Mito do Livre Comércio e os Maus Samaritanos**: a história secreta do capitalismo. São Paulo: Campus-Elsevier, 2008.

⁵ CERVO, Amado Luiz. **Hegemonia coletiva e equilíbrio**, *op cit.*



seu turno, pôde fixar indústrias em território nacional, exercer atividades e culto, enquanto era proibido o consumo dos produtos brasileiros, especialmente o café e açúcar, por serem concorrentes dos produtos das colônias inglesas no Caribe. Tratados como esses iriam ser estabelecidos em toda a América Latina, vinculando-a aos países industrializados por intermédio do suposto liberalismo comercial⁶.

Tais tratados eram celebrados pelas elites dos países latino-americanos por fazerem valer seus interesses, ampliar as exportações, reforçar os vínculos com as formas de trabalhos usuais (semi-servidão ou escravidão), além de terem acesso aos produtos importados. Apesar da desigualdade estabelecida contratualmente, era muito conveniente para as elites expandirem a produção de acordo com os ditames do mercado internacional. Sem levar em consideração que o aumento da produtividade tinha consequências diretas no abastecimento de alimentos internamente⁷.

Os Estados Unidos, contrariamente aos países latino-americanos, tinham uma importância estratégica para a Europa: o acesso comercial aos países asiáticos, e por isso, não viam a necessidade de interferirem em sua política econômica interna. Os EUA puderam, desse modo, conformar territorial e economicamente com o respaldo ou tutela das potências daquele continente.

Apesar de a Inglaterra apoiar a independência dos países latino-americanos, haja vista ser beneficiária direta, as relações entre os países da região, na primeira metade do século XIX, tinham como principal mote o reconhecimento desta, mas, ao contrário do exposto por Tulchin⁸, não foi a única pauta existente. Os acordos de amizade, tratados comerciais e a união do continente latino-americano estiveram presentes durante todo o período. Os diplomatas mexicanos Don Lucas Almán e Don José Mariano Michelena eram verdadeiros adeptos da integração americana. Almán chegou a propor a formação da Confederação dos Estados Americanos.

Para o México, o Brasil era parte importante da política externa. Afinal, estabelecer o diálogo com um país do hemisfério sul poderia estreitar as relações com os demais e fortalecer a ideia de união das nações latino-americanas⁹. O Brasil possuía um fator estratégico, tendo em conta o fato de os países recém independentes viverem sob a tensão de um ataque eminente das antigas metrópoles. Assim sendo, o mais prudente era o reconhecimento mútuo da independência dos estados americanos e a partir disso firmar um pacto militar com o objetivo de unir forças e defenderem-se de qualquer ameaça vindoura. Os acordos de defesa de território estariam acompanhados de vínculos de amizade e tratados de comércio. O Brasil sempre se demonstrou simpático no tocante ao

⁶ *Op cit.*

⁷ Ver SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Tradução Jussara Simões. Bauru – SP: EDUSC, 2001.

⁸ TULCHIN, Joseph. **América Latina X Estados Unidos: uma relação turbulenta**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

⁹ “Brasil foi parte de sua política exterior dirigida às nações hispano-americanas e obedeceu sempre aos desejos da união americana postulados por don Lucas Almán”. SÁNCHEZ, J. Rafael Campos. **Primeros contatos diplomáticos entre México y Brasil**. D.F.: Editorial Praxis, 2000. p. 21.



reconhecimento mútuo e aos tratados de amizade, mas em tempo algum respondeu afirmativamente à proposta da formação de uma liga ofensiva¹⁰.

A preocupação relativa a uma possível intervenção europeia era presente em ambos hemisférios e acabou por surtir em dois princípios no continente americano. De um lado a proposta estadunidense, a Doutrina Monroe (1823), que pedia aos europeus que não interferissem em assuntos relativos ao continente americano. Do outro, estava a versão latino-americana, a asserção bolivariana e a formação de um “sistema internacional americano”, inspirados pelo ideal de paz, pelo direito internacional, aliança política operante na inibição da atuação de uma potência no continente, pelo acordo geral dos Estados Americanos, concluído em 1826, durante o Congresso do Panamá¹¹. Símon Bolívar não incluiu o México e o Brasil na lista de convidados para participar da conferência comunitária por não os reconhecer como estados independentes e o último ainda teria a designação agravante de Império¹².

Apesar da exclusão, o México manteve na política externa a proposta de união continental, indicando, em 1842, como Enviado Extraordinário e Diplomata, o Sr. D. José María Bocanegra, aos Estados da América do Sul. Após o término de sua missão, o diplomata, a pedido da presidência da República, elabora um documento para o Arquivo Histórico Diplomático. No relato, deixa claro o objetivo de sua viagem: o de realizar uma consulta aos países do Sul a respeito de uma assembleia. De acordo com ele, cinco países já haviam concordado em realizá-la¹³ e o Brasil, por seu turno, confirmou presença sem titubear.

O Brasil sabia da importância regional que tinha, assim como da relevância de aproximar-se das nações do centro e norte da América. Na mesma sintonia, o México, tinha claro que não poderia haver segurança, muito menos progresso, no isolamento. Além disso, unir essas nações política e economicamente seria basear-se em vínculos já existentes, uma vez que essas foram vítimas de uma usurpação em cadeia. A união seria, assim, um caminho natural a ser percorrido pelas nações,

¹⁰ Sánchez, *op cit*

¹¹ Cerro, *op cit*.

¹² Tulchin, *op cit*.

¹³ En Buenos Aires, Uruguay y Paraguay, por la enorme distancia en que se hallan respecto de nosotros, se nos mira casi como moradores de otro planeta, y poco o nada podemos influir en sus respectivos, para hacerlos entrar en el pacto de familia que se pretende formar. Pero si es casi inútil negociar directamente con aquellas Repúblicas para esto, no lo es, haciéndolo indirectamente por medio de las administraciones de Chile, Bolivia y el Perú, con quienes los ligan relaciones de vecindad y de comercio, además de las de identidad de origen, idioma, religión y costumbres, que nos son comunes a los pueblos hispano-americanos. Por eso Chile ha conseguido comprometer la confederación argentina, para que concurra a la formación de la Asamblea, y por eso creo también, que en unión de Bolivia y el Perú, obtendría el mismo compromiso respecto del Uruguay y Paraguay. No obstante lo dicho, debe el Gobierno mexicano dirigirles de cuando en cuando sus circulares, insistiendo siempre en la idea indicada, sin necesidad de enviarles agentes diplomáticos que no podrían adelantar más de lo que consiguiesen de ellas los gobiernos de las mencionadas Repúblicas. ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO MEXICANO. **Las relaciones diplomáticas de México con sud-america**. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1925, p. 10.



haja vista terem rompido, de igual modo, com a submissão possuidora de sangue, idioma, crenças e costumes¹⁴.

O México tinha razão ao pensar que não havia segurança no isolamento. Pouco tempo depois, em 1846, foi invadido pelos Estados Unidos e em 1848 chega a perder para este país a metade de seu território (**Mapa**). Os Estados Unidos possuíam uma pequena extensão, além de uma política colonial diferenciada: expulsaram ou aniquilaram os indígenas ao invés de submetê-los; mas também, a Grã-Bretanha envolveu, equivocadamente, os colonos em suas guerras, ao invés de enviar as tropas oficiais do Império, com o intuito de controlar as colônias no hemisfério ocidental. Em vista disto, aqueles perceberam que a colônia estava jogando de acordo com seus próprios interesses e este foi o motivo principal da unificação que deu forma aos EUA¹⁵.

Mapa – Expansão dos Estados Unidos da América



Fonte: Site elordenmundial.com

¹⁴ Arquivo Histórico.

¹⁵ Tulchin, *op cit*; Zea. **História da Filosofia Americana**, *op.cit*.



Logo após a guerra, o México procurou conformar-se internamente, recuperar-se, promovendo reformas que, verdadeiramente, viessem a beneficiar a população como um todo. Ao longo desse período, iniciou-se uma série de disputas no campo político, promovendo conflitos armados entre grupos ideologicamente distintos. Os liberais sabiam que para reduzir a base econômica e diminuir a força política dos conservadores era necessário separar o Estado da Igreja. Para isso, Benito Juárez expediu um conjunto de leis (Leis da Reforma) que garantiam ao Estado expropriar os bens religiosos e civis que considerassem necessário para a nação.

Os exércitos liberais acabaram por lograr o êxito na Guerra da Reforma, o presidente Benito Juárez entrou triunfante no dia 11 de janeiro de 1861, levando a cabo o que iniciou: expulsou o representante papal no México, o monsenhor Luiz Clemente e os embaixadores de Espanha, Joaquín Francisco Pacheco, e de Guatemala, Felipe Neri del Barrio por ter prestado apoio ao partido conservador.

Talvez, a medida mais importante tomada por Juárez foi promulgar o estado de pobreza generalizada, suspendendo, em junho de 1861, o pagamento da dívida externa e interna, pretendendo, com isso, sanar, ao menos parcialmente, os problemas internos. De todo modo, não foi o fato de obter a vitória que garantiu ao partido liberal o conforto. Os conservadores não possuíam muitas alternativas, procurando na Europa, aliados para reverter a situação política mexicana. Os reacionários encontraram em Napoleão III a possibilidade de derrubar Juárez e estabelecer uma monarquia no México. Para o Imperador, era uma grande oportunidade, haja vista que uma segunda monarquia, considerando a existente no Brasil, poderia suprimir a influência estadunidense, abrindo caminho para uma monarquização no continente¹⁶.

Fernando Maximiliano de Habsburgo seria o representante da monarquia no México. Para a infelicidade dos reacionários, aquele possuía ideias liberais, por isso, não se viram representados pelo monarca, em sua totalidade. Além disso, o império napoleônico não foi reconhecido pelos países latino-americanos, inclusive, pelo Império brasileiro, mantendo fidelidade a Benito Juárez que, por seu turno, não apreciava a presença europeia e conseguiria reaver o poder após fuzilar Maximiliano em 1867.

Ao longo da primeira década do século XX, os Estados Unidos já haviam substituído os europeus no comércio, nos investimentos e na política latino-americana. A tendência imperialista/expansionista dos Estados Unidos foi baseada em dois princípios subjetivos, um cultural e outro político: a crença de ser uma nação sagrada, eleita por Deus para civilizar/humanizar a América, proveniente da colonização puritana; e a convicção de que uma república eminentemente livre havia nascido na América¹⁷. Percebe-se, todavia, que o traço religioso é parte constitutiva

¹⁶ SÁNCHEZ, J. Rafael Campos. **Primeros contatos diplomáticos entre México y Brasil**. D.F.: Editorial Praxis, 2000, p. 51.

¹⁷ ANDERSON, Perry. **A política externa norteamericana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 14.



dos projetos imperialistas, ao menos no que diz respeito a este continente. Os conceitos adotados pelo emergente sistema internacional (poder e civilização) eram eurocêntricos: “o poder, como característica do Estado-nação, era calculado em termos econômicos e militares, embora envolvesse uma dimensão não específica chamada de ‘cultura’”¹⁸. A cultura seria o instrumento encontrado pelos Estados Unidos para definir e/ou identificar os distintos níveis na escala evolutiva humana.

A desumanização foi um artifício presente nas intervenções estadunidenses e o Panamá é um exemplo disso. Os Estados Unidos empenharam esforços diplomáticos para que os seus interesses fossem levados em consideração e o canal aberto. Entretanto, a demora da Colômbia em formalizar, votar as propostas nas instâncias governamentais e iniciar as operações levou Theodore Roosevelt (1901-1909) à impaciência, atacando o fator que a seu ver seria o de inferioridade quanto aos colombianos, o racial, referindo-se a eles como “macacos”. Destarte, forjou os meios para garantir que os interesses da civilização não fossem, de modo algum, prejudicados, articulou um movimento de oposição no país e fez o grupo decretar independência¹⁹. O canal não ligaria apenas dois oceanos, mas também, raças. Assim, “solidariedade anglo-saxã – foi adicionada a religião, democracia e comércio na retórica vocação da nação”²⁰.

O Theodore Roosevelt acrescentaria à Doutrina Monroe o Corolário Roosevelt, implementando os mesmos meios de dominação elaborados pela Europa, com o intuito combater a concorrência. Tal princípio era aplicado à América Central e ao Caribe, mas causou revolta em todos os países da América Latina, despertando o sentimento de antiamericanismo, repudiando a substituição do imperialismo europeu para o estadunidense²¹.

Em vista disso, o México recorrerá às nações do hemisfério sul com o objetivo de fazer frente ao crescente interesse estadunidense em seu território e na região. As mudanças ocorridas na política externa mexicana no século XX tinham raízes no século anterior: a preocupação com a supremacia dos EUA estabelecida entre 1897-1905. Os Estados Unidos possuíam interesses em controlar pontos geoestratégicos do México, sobretudo, o Istmo de *Tehuantepec*, procurando obter a concessão de passagem comercial e de tropas, o que provocava certo temor ao estado mexicano, uma vez que poderia perder outra parte de seu território²².

Ao longo da primeira década do século XX, o México estava passando por uma grande crise política. Porfírio Días já estava há vinte anos no poder, o que provocava o descontentamento da população, refletido nas manifestações anti-porfiristas que tinham como líderes os irmãos Flores Margón e Francisco I. Madero.

¹⁸ Tulchin, *op cit.* p. 28.

¹⁹ *Op cit.*

²⁰ Anderson, *op cit.*, p.15.

²¹ CERVO, Amado Luiz. **A instabilidade internacional (1919-1939)**. In.: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

²² REYES, Elda Pérez. **La política exterior de México hacia sudamérica, 1900-1910**. Tese de Doutorado – Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Michoacana de San Nicolás, 2011.



Em contrapartida, Madero, adquiria cada vez mais popularidade. Somado a isso, a recessão mundial e a crise da prata causaram verdadeiro estrago na economia do país, além de estremecer as relações com os Estados Unidos, fazendo com que a política internacional mexicana se voltasse para o sul, retomando o diálogo estabelecido no século anterior.

Apesar dos problemas internos, a política internacional porfirista rendeu bons frutos. O fato de este procurar estabelecer vínculos com o sul fez com que tomasse partido em assuntos, por vezes delicados, como o caso da separação do Panamá da Colômbia, que estava sob a tutela dos Estados Unidos, em 1903; o bloqueio dos portos venezuelanos por potências europeias em 1902; e a promoção de três conferências pan-americanas. Ademais, Porfírio iniciou a regulação de investimentos estrangeiros, medida de essencial importância para a consolidação e a manutenção da economia nacional. Concomitantemente, procurou criar vínculos com outros países americanos, com o intuito de encontrar mercados para os produtos mexicanos, aventando a possibilidade de forjar duas linhas comerciais: uma via pelo Pacífico e outra pelo Atlântico, para alcançar os extremos da América do Sul²³.

No entanto, quando se trata de estabelecer vínculos diplomáticos com o Brasil, México assim o fará, baseando-se no ideal norte-americano “de promover pactos y alianzas en América Latina en busca de salvaguardar sus intereses en la región de posibles ambiciones europeas y asiáticas”²⁴. O México seria um ator de fundamental importância para os Estados Unidos, visto que funcionava como porta-voz da política internacional estadunidense na América do Sul. No entanto, o México utilizou esse instrumento como forma de pleitear seus objetivos e interesses, configurando, junto ao Brasil, uma agenda comum, ainda que carregadas de estratégias geopolíticas regionais.

O Brasil também possuía interesses próprios em se aproximar do México por facilitar sua relação com os Estados Unidos, o país tinha pretensões de converter-se na força dominante na América do Sul. Por esse motivo, a política exterior brasileira e mexicana foi assentada na cordialidade. Para o México, era importante causar uma boa impressão porque tal conduta poderia lhe garantir um lugar estratégico na política regional. Assim, a forma com que o Estado mexicano conduziu suas relações se afirmou de maneira positiva, uma vez que lhe rendeu três Conferências Pan-americanas em pouco tempo. Essas conferências tiveram por objetivo articular o rumo nas relações interamericanas²⁵.

No caso do Brasil, ter os Estados Unidos e México ao seu lado respaldaria sua política internacional e o figuraria como país mais importante do sul. Assim sendo, o Brasil aproveitou a conferência científica, por um lado, para se explicar às demais nações dos fatos ocorridos no continente sul-americano e os rumores sobre o país e seu caráter expansionista e, por outro, estreitar vínculos. Na Conferência, Rio Branco se encarregou de informar que o país não possuía qualquer intenção

²³ Ver Reyes.

²⁴ “De promover pactos e alianças na América Latina em busca de salvaguardar seus interesses na região de possíveis ambições europeias e asiáticas”. Reyes, p. 200.

²⁵ Ver Reyes.



expansionista, mas procurou projetar a nação como uma das figuras dominantes no continente²⁶.

Na década de 1920, as opiniões entre os países americanos caminhavam para o consenso e uma política, havendo chances de estabelecer relações e políticas de boa vizinhança a partir de 1933 com a eleição de Franklin Delano Roosevelt. O pan-americanismo parecia ser um projeto mais palpável, porque os princípios latino-americanos de não-intervenção e de autodeterminação seriam partilhados comumente. Em 1925, os Estados Unidos já se viam inclinados a substituir a “diplomacia do dólar e do ‘porrete’ para fazer face aos problemas da América Central e mesmo das nacionalizações do México²⁷.

A Crise de 1929 acarretou em problemas no fornecimento internacional de produtos, ocasionando a quebra do modelo de integração mundial e o consequente “imperialismo do livre comércio”, devido à impossibilidade de manter os contratos desiguais estabelecidos entre os países europeus e a América Latina. Provocou em toda a América uma série de medidas aut centradas, conhecida como o desenvolvimento de estado. Tais medidas asseguraram aos países latino-americanos o maior crescimento econômico do mundo, entre 1913 e 1950²⁸.

As mudanças foram acompanhadas com a alteração do eixo outrora centrada nos países europeus para os Estados Unidos. Houve um grande desempenho dos países latino-americanos, no entanto, não resultou em uma transformação na estrutura econômica. Para Cervo, o continente latino-americano “não criava grandes empresas, não gerava tecnologia, importava máquinas e equipamentos, não exportava manufaturados, contraía dívidas irresponsáveis, exportava poupança”²⁹.

O autor está parcialmente correto, visto que foi nesse período que surgiram empresas estatais importantes. No México, o período nacionalista foi essencial para a estatização de indústrias e de recursos naturais estratégicos como o petróleo. A Petróleos Mexicanos (PEMEX) foi fundada em 1938, o monopólio da exploração por meio do Estado promoveu um impulso econômico.

No período posterior a 1950, o Estado brasileiro seguiu o modelo nacionalista, criando a PETROBRAS e em 1973 a EMBRAPA, conformando o denominado Complexo Agroindustrial (CAI). O complexo possuía forte dependência do Estado responsável pela implementação de políticas favoráveis ao setor que incluía desde créditos com reduzidas taxas de juros até o desenvolvimento de novas tecnologias e inovações biológicas. Houve uma forte concentração dos investimentos no setor agrário, refletindo, de algum modo, as estruturas políticas do país. A ausência de

²⁶ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO. **Obras do Barão de Rio Branco: Discursos**. Brasília, 2012.

²⁷ Cervo acredita que o livre comércio existiu apenas como força discursiva, uma vez que na prática, os países europeus, especialmente a Inglaterra, estabeleceram acordos desiguais, impedindo a exportação de produtos que competiam com as suas colônias no Caribe, enquanto os produtos e indústrias ingleses encontravam em solos americanos o espaço para reproduzir seu capital. CERVO, Amado Luiz. **A instabilidade internacional (1919-1939)**, *op cit*, p. 153.

²⁸ *Op cit*; BARKIN, David. **Un Desarrollo distorcionado: la integración de México a la economía mundial**. Siglo veintiuno: México, 1991.

²⁹ Cervo. *A instabilidade internacional (1919-1939)*, p.153.



diversificação da indústria se deu, em parte, pelos interesses políticos das elites nacionais.

A partir da década de 1980, os Estados latino-americanos foram paulatinamente mudando, em velocidades distintas, do Estado desenvolvimentista para o paradigma neoliberal. Em 1989, o Diretor-adjunto da equipe de planejamento de políticas do Departamento de Estado dos EUA, Francis Fukuyama, exortou que havia chegado o "Fim da História". Ele vislumbrou, no colapso da União Soviética, não apenas o fim da guerra fria entre o Bem e o Mal, mas a vitória do capitalismo contra o comunismo, uma vitória triunfal dos EUA, bem como do modo de compreender e organizar o mundo.

Essa perspectiva estava atrelada a uma outra forma de conceber o período, denominada pelo pesquisador sênior do "Institute for International Economics" em Washington, John Williamson, como "Consenso de Washington". Embora muito mais humilde que Fukuyama, Williamson entendia que era necessário estabelecer um conjunto básico de requisitos, uma agenda mínima de responsabilidades associadas ao livre funcionamento das forças de mercado. Para o chamado "Consenso de Washington", é a construção da agenda comum que pode superar as crises geradas por colapsos sociais e econômicos que, tradicionalmente, em especial na América Latina, levaram ao uso do aparato militar para orientar o modelo econômico para o pagamento da dívida externa ou como forma de constrangimento financeiro ao Estado devedor.

Havia naquele consenso um cenário de liberalismo sustentável e amparado pelas melhores práticas alinhadas ao que na economia política se conhece como o modelo ortodoxo. Ideias como equilíbrio orçamentário de longo prazo, prioridade na contenção da inflação, liberalização da taxa de câmbio e limites ao endividamento público tornaram-se as regras de ouro da boa governança dos países alinhados ao "Consenso de Washington". Este não deixava de ser o retorno do imperialismo do livre comércio, baseado no não reconhecimento das assimetrias entre estados ricos e pobres, fincado, fundamentalmente, no *soft power*, mas justificado e defendido pelo aparato militar estadunidense na região.

Rivero³⁰ faz um resgate histórico da formação dos Estados-nação. De acordo com o autor, alguns países não possuíam qualquer capacidade de obter o *status* de Estado-nação e adentram o século XXI como sendo Entes Caóticos Ingovernáveis (ECIs). Segundo o ex-diplomata peruano, o fato de os países colonizadores apressarem-se em reconhecer a independência e a incentivarem a consequente formação do Estado-nação dos países colonizados ocorreu com o intuito explícito de se eximirem completamente de qualquer responsabilidade perante estes. No

³⁰ RIVERO, Oswaldo de. **O Mito do Desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Gilbert Rist realiza um estudo aprofundado sobre as origens do desenvolvimento, desde os filósofos gregos. O autor revela que a concepção a ideia de desenvolvimento tem uma mudança crucial com Santo Agostinho, deixando para trás a tradição circular que havia. O desenvolvimento, assim como a vida possuía um ciclo, o nascimento, o desenvolvimento e a morte. A partir da intervenção cristã ele será concebido de modo linear e infinito. RIST, Gilbert. **El Desarrollo: historia de una creencia occidental**. Los libros de la Catarata: Espanha, 2002.



entanto, os problemas sociais, étnicos, econômicos e políticos enfrentados pelos novos países fez com que – alguns desses localizados na América Latina e Caribe – não se configurassem como Estados-nação, mas como “Quase-Estados-nação”.

Os países colonizadores, por seu turno, deixaram a cargo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial toda a responsabilidade em criar projetos e financiar medidas para ajudar a formação e a consolidação destes “Estados”. Nessa perspectiva, a “dedicação quase exclusiva aos países do mundo subdesenvolvido, aliada à submissão de seus governos, transformou o FMI e o Banco Mundial em um poderoso e iluminado *clero supranacional*³¹ – de acordo com Rivero – “dedicado a pregar com fervor e convicção um *credo econômico único* para salvar os países subdesenvolvidos do inferno da pobreza e fazer deles economias capitalistas emergentes”³². A busca incessante pelo desenvolvimento lembra, conforme o autor, a caçada ao *Eldorado*, uma espécie de atualização do mito.

Lima, por sua vez, chama atenção para a importância do período da construção da Indústria latina-americana, em 1945, fazendo-se presente como um grande debate no campo das ideias, permitindo o diálogo entre os extremos, assentindo haver um projeto autônomo. Não obstante, o Consenso de Washington, a crise fiscal, o neo-estruturalismo, seus limites e contradições foram fatores restritivos para os países latino-americanos, configurando o que denominou de pensamento único. O autor faz uma ressalva sobre a importância de um novo paradigma que dê conta dos aspectos, tanto sociais quanto econômicos, além de levar em consideração questões presentes no contexto latino-americano, como a existência de outras etnias em um mesmo território, que comumente, não são inclusas nas discussões sobre o Estado-Nação³³.

No entanto, é sabido que os representantes desse clero supranacional são os representantes diretos de grandes empresas transnacionais, como afirma Stiglitz:

The institutions are dominated not just by the wealthiest industrial countries but by commercial and financial interests in those countries and the policies of the institutions naturally reflect this. The choice [of] heads for these institutions symbolizes the institutions' problem and too often has contributed to their dysfunction. While almost all of the activities of the IMF and the World Bank today are in the developing world (certainly, all of their lending), they are led by representatives from industrialized nations. (By custom or tacit agreement the head of the IMF is always a European, that of World Bank an American). They are chosen behind closed doors, and it has never ever been viewed as a prerequisite that the head should have any experience in the developing world. The institutions are not representative of the nations³⁴.

³¹ Grifo nosso.

³² Rivero, p. 65.

³³ LIMA, Marcos Costa. **Development and Globalization in Periphery: the missed chain.** Perspectivas, São Paulo, v. 32, p. 15-46, ju/dez. 2007.

³⁴ “As instituições são dominadas não apenas pelos países industrializados mais ricos, mas pelos interesses comerciais e financeiros desses países e as políticas das instituições refletem isso. A



As instituições e seus líderes promoveram medidas e elaboraram receitas com alto teor conservador, sem levar em consideração os processos históricos particulares. Esse cenário internacional é reconhecido por Rivero como “selva global”. Para o autor, as medidas anunciadas pelo alto clero e as teorias econômicas, elaboradas pelos economistas liberais mais fervorosos, configuram, o que denominou de *Darwinismo Internacional*³⁵. Isto porque “o raciocínio econômico neoclássico que inspirou os políticos ultraliberais de finais do século XX utiliza-se dos mesmos axiomas básicos de *dualismo*, *conflito* e *evolução* expostos por Charles Darwin”³⁶.

Wallerstein faz uma crítica interessante a essa “fé secular”, denominada de progresso, pois os marxistas acreditavam “no progresso com, pelo menos, a mesma paixão”. Segundo o referido autor: “era difícil aclamar o proletariado sem antes prestar homenagem à burguesia”³⁷. Para este, a ideia segundo a qual o capitalismo apresenta um progresso em relação aos sistemas anteriores, necessitando apenas de alguns ajustes é infundada. Toda análise é realizada a partir de uma perspectiva unilateral, a qual os padrões, índices e categorias foram empreendidos pelas Organizações Internacionais, levando em consideração seus interesses privados, para justificar as medidas e executar a difusão do modelo de progresso/desenvolvimento adotados.

De todo modo, em 1990, os países latino-americanos já haviam concluído tal movimento, com a chegada de Carlos Salinas de Gortari no México, Alberto Fujimori no Peru, Fernando Collor de Melo no Brasil, assumindo a pauta internacional de maneira acrítica. Os dirigentes percebiam a abertura do mercado e a privatização de indústrias nacionais, como um processo modernizador, aceitando, assim, o discurso ideológico do centro hegemônico do capitalismo.

Nesse período, o México se afastou por completo da América do Sul, alinhando sua política aos Estados Unidos, atrelando a economia à política externa estadunidense, aberto a começar a configurar o Tratado de Livre Comércio do Norte. A única dissidente no continente foi Cuba que não consentia com a política dos EUA

escolha dos diretos destas instituições simboliza o problema das instituições e, frequentemente contribuiu para a sua disfunção. Enquanto quase todas as atividades do FMI e do Banco Mundial hoje estão no mundo em desenvolvimento (certamente, todos os seus empréstimos), eles são liderados por representantes das nações industrializadas. (Por costume ou acordo tácito, o diretor do FMI é sempre um europeu, o do Banco Mundial e um americano). Eles são escolhidos por trás de portas fechadas, e nunca foi visto como um pré-requisito que a cabeça deve ter qualquer experiência no mundo em desenvolvimento. As instituições não são representativas das nações. STIGLITZ, Joseph. The Promise of Global Institutions. In. David Herd e Anthony McGrew. The Global Transformations Reader Introduction to the Globalization Debate. Cambridge, UK: Polity Press, 2003. P. 479.

³⁵ Grifo nosso.

³⁶ Rivero, p. 88.

³⁷ WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. P.83-4



e manteve seu discurso antiamericano presente em suas relações com os países da região.

A Argentina denominou esta fase como *Estado Normal*, em contraposição ao período anterior, Estado desenvolvimentista, que foi adotado por toda a América Latina. Para a Carlos Saúl Menem (1989-1999) e seus dirigentes, o *Estado Normal* significava romper com os princípios diplomáticos latino-americanos da não intervenção e autodeterminação, “como também os princípios do direito internacional de que a ONU é guardiã, em favor de uma ordem regulada por relações de força”³⁸. Contudo, significava também subordinar a economia interna às regras impostas pelo Consenso de Washington.

Os países latino-americanos, com exceção de Cuba, procuraram tirar o maior proveito da relação com os Estados Unidos, o centro do sistema internacional que se formava. As relações internacionais se reduziram à “diplomacia ornamental” relativa aos novos temas abordados: i) meio ambiente; ii) governança global; iii) direitos humanos; e iv) intervenções humanitárias. Por certo, são temas de grande relevância, entretanto, os assuntos econômicos em nível internacional ficaram a cargo dos Ministérios econômicos, que por sua vez eram ocupados por jovens que haviam estudado em universidades estadunidenses ou trabalhado em alguma instância do FMI e o Banco Mundial³⁹. No caso particular do México: Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) concluiu o mestrado em administração pública em Harvard; Ernesto Zedillo (1994-2000) estudou em Yale; Vincent Fox de Quesada (2000-2006) fez uma pós-graduação em alta gerência em Harvard e foi o presidente da Coca Cola América Latina.

Percebe-se que havia uma filiação intelectual clara, não apenas por membros do governo, mas da presidência. Os Estados Unidos não apenas mudaram o eixo econômico das relações internacionais, mas também o cultural e o intelectual, ao passo que centrou energia em proferir um discurso ideológico modernizador, com o intuito de reatar os vínculos de dependência.

George H. W. Bush (1989-1993), assim que a Guerra Fria chegou ao fim, buscou a participação dos países latino-americanos para solucionar, de maneira conjunta, conflitos no continente. A necessidade dos Estados Unidos em buscar e estabelecer alianças “levou muitos no hemisfério a enxergar uma abertura para as mudanças nas políticas dos EUA que não haviam sido totalmente previstas, e que eram contrárias ao desejo histórico do país de agir livremente na região”⁴⁰.

As iniciativas dos Estados Unidos em estabelecer a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) acabaram surtindo em iniciativas pouco desejadas, os projetos de integração inter-regional: o Mercosul e o Pacto Andino. Tal conjuntura fortaleceu as relações entre os países sul-americanos, estimulou o regionalismo no continente latino-americano, assim como ampliou o protagonismo dos países da região na

³⁸ CERVO, Amado Luiz. **Sob o signo neoliberal**: as relações internacionais da América Latina. Revista Brasileira Política Internacional. 43(2): 5-27, 2000, p. 6.

³⁹ *Op cit.*

⁴⁰ Tulchin, *op cit.*, p. 138.



comunidade internacional⁴¹. Havia, no entanto, espaços, não necessariamente contra-hegemônicos, mas que permitiam o uso da autonomia dos países latino-americanos sob o sistema de subserviência ao centro de poder.

Bill Clinton (1993-2001) continuou a política internacional de seu antecessor, agregando um princípio latino-americano à sua agenda política, o hábito das reuniões de cúpula. Os EUA sediaram a primeira Cúpula das Américas realizadas em Miami, em 1994. Os Estados da América Latina tiveram grande participação na formulação da pauta, incluindo até mesmo questões relacionadas ao livre comércio. Dois anos após o fim da Guerra Fria, alguns países do continente sul-americano e da América Central envolveram-se em disputas territoriais: Argentina e Chile disputavam a região montanhosa na fronteira entre os dois países; Argentina e Uruguai buscavam entendimento em relação à fronteira fluvial. El Salvador, Honduras e Nicarágua estabeleceram acordos para desarmar as minas terrestres ao longo do Golfo de Fonseca.

Os Conflitos Armados na América Central ocorreram a partir da década de 1960 como contraposição aos regimes ditatoriais implantados ou apoiados pelos Estados Unidos, com a finalidade de salvaguardar seus interesses geopolíticos na região. Os conflitos extrapolaram as fronteiras estatais, incorporando Guatemala, Honduras, El Salvador e Nicarágua.

No final da década de 1990, havia uma oposição marcada a pelo menos dois quesitos da política externa estadunidense, o embargo a Cuba e a crescente militarização estadunidense no combate ao narcotráfico. As tentativas de diálogo a respeito destes pontos foram frustradas, tanto no governo de George H W Bush como de Bill Clinton. Isto explica, ao menos em parte, os rearranjos políticos efetivados pelos países latino-americanos para enfrentar a hegemonia estadunidense no novo século⁴².

Com o advento do 11 de setembro, no primeiro ano do mandato de George W. Bush (2001-2009), os Estados Unidos retomaram o unilateralismo. Encerrou-se a conformação de alianças, focando sua política externa no combate ao terrorismo, ao narcotráfico, angariando críticas duras por parte dos países latino-americanos, especialmente do hemisfério sul, representando, em muitos países, o fim do ciclo neoliberal.

A crise do neoliberalismo, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, conduziu a importantes mudanças em todo o continente sul-americano, tendo como consequência uma resposta nas urnas e a vitória da esquerda em toda a região: Evo Morales na Bolívia, Hugo Chávez na Venezuela, Rafael Correa no Equador, Lula no Brasil. No caso do México, a proximidade com os Estados Unidos fez com que tendesse a estabelecer o Tratado de Livre Comércio do Norte (TLCAN), em 1994, tutelando a economia mexicana à estadunidense, além de provocar problemas em setores sensíveis da sociedade, a exemplo do campesinato e o levante do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN). Tal tratado é o pano de fundo da política externa mexicana até então, mas não se limita a ele.

⁴¹ Tulchin, *op cit.*

⁴² *Op cit.*



Desatar os laços com os Estados Unidos, ao menos parcialmente, levava a América Latina a buscar a autonomia no cenário internacional, não possuindo mais aquele como tutelo. Sem a proteção dos EUA, os países latino-americanos teriam que se responsabilizar por suas ações, “aqueles que não o fazem são conhecidos como ‘Free Riders’ [...] uma crítica comumente direcionada à América Latina”⁴³. A perspectiva de Tulchin é parcial e não representa o conjunto dos países latino-americanos. Possuir autonomia é exercer o direito de se posicionar ou silenciar-se, de assumir responsabilidades que estão dentro do alcance de cada nação em particular. Afirmar que os países latino-americanos estão de carona na política internacional é dizer o mesmo em relação à história.

Quando Barack Obama assumiu em 2009, quase toda a América do Sul possuía presidentes esquerdistas que faziam, de algum modo, oposição aos Estados Unidos. Ao contrário de Bush, a política externa de Obama retomava a abordagem colegiada aplicada no governo de Bill Clinton. Além disso, sua agenda tratava de assuntos delicados como a ruptura do embargo econômico com Cuba, reformas nas políticas migratórias e uma nova abordagem em relação ao tráfico de drogas. O único ponto de pauta que conseguiu cumprir foi reatar os laços com o país caribenho. Em relação aos demais, os impasses políticos internos, a perda da base política no legislativo fez empacar as propostas de Obama.

No Brasil, Lula e Celso Amorim (Ministro das Relações Internacionais) procuravam articular os países da periferia do sistema capitalista, tanto os países africanos de língua portuguesa quanto os que viriam a compor os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Apesar de ser um acrônimo forjado pelo banco Goldman Sachs para designar os países emergentes com maior crescimento, foi muito bem acolhido com o intuito de forjar um grupo político, convertendo o crescimento econômico em influência geopolítica⁴⁴.

Outrossim, a aproximação que o presidente tentava fazer em relação à América Latina foram atrapalhados por episódios como o de Honduras em 2009, quando o Senador da Carolina do Sul, James “Jim” DeMint, atendeu ao pedido do lobista do Conselho do Comércio de Honduras, Lenny Davis, para que aquele deixasse de apoiar o governo de José Manuel Zelaya Rosales. Apesar de ser membro da elite comercial e agrária de Honduras, logo quando assumiu a presidência, Zelaya, demonstrou simpatia ao governo de Hugo Chaves, declarou a intenção de compor a Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA), ampliou a participação popular na política. O estopim ocorreu por Zelaya propor um referendo nacional com o desejo de mudar a constituição para a população ter mais poder no governo do país⁴⁵.

⁴³ *Op cit*, p. 164.

⁴⁴ PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, o BRICS e a agenda internacional**. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2013; LIMA, Marcos Costa. **O Brasil, o BRICS e a agenda internacional**. In.: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, o BRICS e a agenda internacional**. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2013.

⁴⁵ *Op cit*.



O acontecimento evidencia não apenas o fato de América Central possuir resquícios do sistema penetrado – quando as elites agrárias procuravam os EUA para intervirem em benefício daquelas – mas também, o poder que um político estadunidense possui em exercer sua influência na política interna de outro país e sem o consentimento do governo central. O ocorrido inviabilizou qualquer tentativa de Obama em se aproximar da América Latina, buscando na reconciliação com Cuba, anular ou ao menos reduzir o sentimento antiamericano no continente.

O continente latino-americano continuou empenhado na tentativa de construir uma organização hemisférica sem a participação dos Estados Unidos. Durante o encontro do Grupo do Rio (Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e do Caribe), no México em 2010, criou-se a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) que foi formalizada em 2011, em Caracas. O grupo possui como objetivo maior “operar de modo independente dos EUA na preservação da paz na região quando consideravam que a militarização norte-americana era inapropriada, constituindo uma ameaça aos interesses nacionais”⁴⁶.

A América Latina continua em busca de autonomia no cenário internacional, por hora conturbado, em meio às crises político-econômicas internas e externas, às derrotas sofridas pela esquerda em todo continente, marcando o fim do *lulismo*, do *chavismo*, do *kirchnerismo*, do *castrismo* e com os dias de Evo Morales contados, haja vista não ter vencido o referendo que o possibilitava se candidatar pela quarta vez.

Os governos de Mauricio Macri na Argentina e Michel Temer no Brasil tomam rumos distintos de seus antecessores, voltando-se para uma lógica mais “neoliberal”, podendo dar um destino diferente ao que os países latino-americanos vinham buscando ao longo dos anos, haja vista demonstrar-se mais alinhado aos Estados Unidos. Percebe-se, assim, que a história das relações internacionais no continente é marcada por eventos de magnitude, por conflitos de interesses interestatais, por intromissão alheia, por convicções políticas e ideológicas, o que demonstra, de fato, a fragilidade de se aglutinarem, assim como de manter uma autonomia, de se representar de forma unida no sistema internacional, de aumentar o volume comercial e aproximar-se cultura e educacionalmente.

A POLÍTICA EXTERNA MEXICANA

É importante atinar para a análise da política externa do México apontar para dois caminhos distintos, dependendo da perspectiva do observador. Ora, é possível perceber o teor apaixonado daqueles que vislumbram, na aproximação com os Estados Unidos, o grande momento vivenciado pelo país, o logro econômico, o desenvolvimento da economia mexicana, o aumento do volume de negócios. Ora, os

⁴⁶ Tulchin, *op cit*, p. 202.



críticos enxergam a aproximação como anulação completa ou parcial da autonomia política e econômica mexicana, obedecendo aos ditames do grande vizinho do Norte, relegando a este o seu próprio destino. Em vista disto, buscou-se examinar a política externa mexicana *per se*, entre a dependência e autonomia, no estabelecimento das relações com os países latino-americanos.

A partir da assinatura do Tratado de Livre Comércio (TLC), o México reduziu e muito o diálogo com outros países e, principalmente, com o continente latino-americano. Isso se deu por diversos motivos: i) as crises econômicas consequentes da assinatura do tratado; ii) os conflitos internos no país; e iii) aproximação e subalternidade em relação aos Estados Unidos. Este último não ocorreu sem ajuda do setor empresarial que vinculava seus interesses ao estabelecimento de laços de proximidade com os EUA, visando maior participação no mercado interno mexicano voltado para a exportação. O espaço de atuação ocupado pelo México na América Latina era tão pequeno a ponto de o presidente dos Estados Unidos George W. Bush (2001-2009), em uma conversa particular com seu homólogo mexicano Vincent Fox (2000-2006) do Partido da Ação Nacional (PAN), advertir que o México estava perdendo influência na região⁴⁷.

Na década de 1980, seria impensável que algo similar a essa advertência pudesse ter ocorrido. O México era uma referência de estabilidade política, nunca instaurou uma ditadura, apesar da proximidade com os Estados Unidos e de ter tido governos democráticos de linha dura como Gustavo Diaz Ordaz (1964-1970) que procurou conter o movimento de contestação, inspirado em maio de 1968, de forma militarizada. Mas, de todo modo, o país abriu as portas para os exilados políticos de toda parte do mundo, fugidos das ditaduras militares ou socialistas.

A partir do governo Fox, o México procurará restabelecer sua política externa, adotando, em parte, a pauta estadunidense: i) a Guerra contra o narcotráfico; e ii) o controle da imigração ilegal. Para Tulchin, o México havia – em relação a este quesito, especificamente – de “assumir suas responsabilidades de uma maneira dedicada”⁴⁸. A política mexicana sempre passará pelo judicioso crivo dos Estados Unidos, seja por sua proximidade ou simpatia ao bolivarismo ou a Cuba, qualquer movimento que demonstrasse solidariedade a estes ideais seria execrado pelos EUA. Isto não significa dizer que o México não possuísse suas divergências em relação à política estadunidense, mas seria cauteloso ao pronunciar críticas abertamente.

No entanto, diante da repreensão de Bush, Jorge Castañeda Gutman, Ministro de Relações Exteriores de Vicente Fox, acreditava que seria um ótimo momento para uma reforma ampla nas relações hemisféricas e compôs um forte discurso para Fox apresentar em Washington. Neste, Fox/Castañeda advogava em prol do término do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), um tratado de defesa mútua, assinada em 1947 na cidade do Rio de Janeiro, e instrumento de dominação dos Estados Unidos.

⁴⁷ SUDAREV, Vladimir. **México y América Latina**: nueva etapa de relaciones. Traducción del artículo publicado en la revista rusa Латинская Америка No 6, 2013.

⁴⁸ TULCHIN, *op cit*, p. 220.



A proposta apresentada defendia a autonomia das nações no continente americano, mudando o foco do TIAR para uma questão mais interna em combate ao crime organizado internacional. Esta proposta foi apresentada no dia 09 de setembro de 2001, dois dias antes dos atentados terroristas que atingiria as torres gêmeas e o Pentágono nos Estados Unidos. Um advento que não poderia ter sido previsto por Fox nem seu ministro Castañeda, mas que levou à perda de credibilidade deste⁴⁹. O 11 de setembro iria forçar os EUA a retomar o unilateralismo no continente, dificultando assim, qualquer possibilidade de mudança nas relações internacionais, sobretudo no que diz respeito à defesa nacional militarizada e imigração.

É importante ressaltar que os dois presidentes possuíam vínculos com setores empresariais e tinham a tendência em aprimorar tais relações, ampliando a área de atuação geográfica do TLC, na tentativa de conformar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Por isso, era importante para Bush que Fox retomasse o diálogo com a região de maneira mais sistemática, fazendo do México, o porta-voz dos interesses dos EUA na América Latina, algo muito semelhante ao ocorrido no século XIX⁵⁰. Fox promoveu algumas iniciativas, pouco eficientes.

A primeira já mencionada anteriormente, foi a extinção do TIAR ou seu reordenamento estratégico; a segunda foi a proposta de intensificação do Grupo dos Três (G-3), criado em 1989. O G-3 era composto por México, Colômbia e Venezuela, tinha como propósito aumentar a integração econômica entre os países, além de estabelecer vínculos de cooperação com os países centro-americanos e caribenhos. Contudo, ao perceber que o Grupo estava alinhado à perspectiva neoliberal, Hugo Chaves (1999-2013) retirou a participação da Venezuela em 2003, provocando a fragmentação e o fim do Grupo, passando à América Central a ser a única opção de atuação da política externa mexicana.

A região já era uma área de influência mexicana e com o intuito de coordenar as diversas políticas nacionais em prol de objetivos comuns foi criado em 1991 o Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla que funcionaria como um Fórum de dirigentes mexicanos e dos países centro-americanos. Na perspectiva de fortalecer a liderança na região, antes mesmo de Vicente Fox tomar posse do cargo presidencial em 2001, já ventilava uma proposta de atuação mexicana na região: o Plan Puebla Panamá, que teria como meta principal aproximar a América Central ao ALCA e encurralá-la entre os dois principais sócios dos Estados Unidos no continente, México e Colômbia. Além disso, o México tentará arbitrar conflitos na região, especialmente nos diálogos entre o governo colombiano – sob a administração de Álvaro Uribe (2002-2010) – e os guerrilheiros do Exército de Libertação Nacional (ELN), mas não obteve sucesso.

⁴⁹ *Op cit.*

⁵⁰ Sudarev, *op cit*; CERVO, Amado Luiz. **Sob o signo neoliberal**: as relações internacionais da América Latina. Revista Brasileira de Política Internacional, nº43 (2), 2000; SOARES, Maria Susana Arrosa. **Autonomia e Interdependência nas Relações Internacionais na América Latina**. ALAS. Disponível em: http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/Alas/Maria%20Susana%20A.pdf. Acesso em 05/09/2016.



Na tentativa de restabelecer relações históricas e de demonstrar uma autonomia política, ainda que contrárias a Washington, Fox buscará a reaproximação com Cuba em 2002, uma vez que desde a assinatura do TLCAN em 1994, os presidentes mexicanos não visitavam o país. O México era o principal parceiro comercial de Cuba, mas os quase dez anos de negligências levaram a quase estagnação do fluxo de mercadorias. No momento da visita, Fox chegou a criticar o embargo estadunidense à ilha e pleiteou a retomada e normalização das relações.

Contudo, a política mexicana demonstrará sua real face, a perda parcial da autonomia, quando em 2002 o presidente Vincent Fox ligou para Fidel Castro e o pediu para que não comparecesse ao fórum da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre desenvolvimento que teria acontecimento na cidade de Monterrey (México), tendo em vista a presença do presidente George W. Bush e, por isso, seria interessante evitar o encontro⁵¹. Fidel Castro tornou público este fato e as relações entre os dois países entraria em uma fase de estremecimento, provocando a retirada da embaixada de Cuba do México em 2004 pelo fato de o México ter votado a favor do envio de um representante especial dos Direitos Humanos da ONU em Cuba. Este foi um evento pontual e estranho, por certo, haja vista o México respeitar o princípio da não intervenção dos países latino-americanos.

Assim é possível perceber que a política mexicana irá se encaminhar no liame entre os objetivos próprios do governo mexicano e a ampliação da área de influência dos Estados Unidos na América Latina. Em verdade, a política externa de Vincent Fox estava vinculada à estadunidense pelo fato de ele realmente acreditar nos preceitos econômicos defendidos por aquele, e por seus interesses particulares, enquanto empresário se fazerem presente na expansão do modelo defendido pelos EUA.

A ideia presente na diplomacia mexicana de que o México não seria apenas uma ponte político-econômica entre os dois hemisférios, mas sim o responsável por harmonizar os interesses entre os Estados Unidos e a América Latina seria seguida pelo presidente mexicano. Essa doutrina foi formulada por Raúl Villanueva, nomeado embaixador no Chile em 2004⁵². Com base nisto, Fox buscará uma aproximação maior com o hemisfério sul, demonstrando interesse em participar do MERCOSUL na condição de membro. Vincent Fox buscava aproximar-se com o intuito de promover a ALCA e convencer os países do Sul a comprarem a causa. No entanto, as divergências existentes na percepção política, econômica e de integração regional entre os países provocará o distanciamento de Fox.

A situação chegaria a seu estopim na cúpula presidencial das Américas na cidade de Mar del Plata (Argentina), ocorrida em novembro de 2005. Na ocasião, Bush e seus aliados não conseguiram finalizar a proposta da ALCA e por isso retirou-se da cúpula antes do encerramento formal. Vincent Fox, por seu turno, tomou à frente na defesa do projeto. Em resposta ao pronunciamento do presidente

⁵¹ Sudarev, *op cit.*

⁵² Sudarev, *op cit.*; VERDUZCO, Alonso Gómez-Robledo. **La Política Exterior Mexicana: sus Fundamentos Principales.** Anuario Mexicano de Derecho Internacional, vol.1., 2001.



mexicano, Hugo Chávez o chamou de “Cachorro del Imperio”⁵³. Além disso, o indigenismo presente na América do Sul, tendo como um de seus principais expoentes, o presidente boliviano Evo Morales apoiou os movimentos indígenas mexicanos, especialmente o EZLN, que tinha como pauta principal a autodeterminação dos povos originários e o reconhecimento da autonomia do Estado Indígena, provocando conflitos de interesses entre os países.

O presidente eleito em 2006, Felipe Calderón, também do PAN, continuou a política de aproximação com a América do Sul, em especial a Argentina. Na época, o neoliberalismo já demonstrava sinais de fracasso e já não fazia mais parte da política econômica da maior parte dos países americanos, especialmente dos localizados ao Sul. Dessa maneira, a ALCA deixou de ser o mote de atuação estratégica do México, procurando nas relações bilaterais uma forma de estreitamento. A Argentina, por conseguinte, irá buscar fora da América do Sul parcerias com o intuito de debilitar a forte dependência que possuía em relação ao Brasil; o México era tido como uma excelente via para alcançar seus objetivos. Mas, as relações entre os dois países não durariam muito pelo fato de a Argentina tomar medidas protecionistas e cessar o comércio com o México.

De todo modo, Calderón continuará com a mesma perspectiva de seu antecessor. Buscará uma parceria com a América Latina, ao passo que estreita e vincula sua política e economia aos Estados Unidos, procurando ampliar a área de atuação e consequentemente do Tratado de Livre Comércio, exercendo, na linha tênue que divide dependência/autonomia, a sua influência.

Destarte, verifica-se que o presidente Vincent Fox foi importante para a política externa mexicana à medida que recuperou as relações que haviam sido suspensas por quase dez anos e Calderón por ter continuado com a política de seu antecessor. De algum modo, Fox traçou o fio condutor da política internacional mexicana para América Latina e Caribe. Em relação a este, em muitas ocasiões reproduziu fielmente os mesmos instrumentos utilizados pelos Estados Unidos: i) o peso de sua economia; ii) o poder de atuação de seus empresários, acompanhados pela existência não ameaçadora, mas presente das forças armadas, para estabelecer sua hegemonia na região. Certamente que o comércio com o Caribe não substituirá em volume e importância o TLCAN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das relações internacionais é importante para elucidar o fato de os Estados Unidos conservarem os rudimentos do imperialismo. Antes mesmo de pôr em prática o ideal expansionista, justificou-o religiosamente através do Destino Manifesto e por uma concepção clara de raça, exemplificada e defendida a partir de

⁵³ “Filhote do Império”. Ver.: BBC BRASIL. **Chávez chama Fox de ‘cachorro’ e gera polêmica no México.** 11 de novembro de 2005. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2005/11/051111_mexicoas.shtml. Acesso em 10 de outubro de 2012.



uma dita superioridade cultural. Na mesma década em que tais princípios foram idealizados, empreendeu-se a guerra contra o México (1846-1848), suprimindo mais da metade de seu território, estabelecendo com toda a América Latina uma distinção de raça, marcada nas relações entre o continente latino-americano com os EUA.

Certamente, estes elementos foram mais ou menos valorizados dependendo do caráter político do chefe de estado estadunidense. Mesmo porque, a história evidencia que, em muitos momentos, a aceitação da subalternidade foi utilizada como instrumento, por parte da América Latina, para alcançar objetivos práticos, estabelecer novos acordos e reposicionar-se politicamente no continente americano. Outra forma encontrada para equilibrar as relações internacionais foram os acordos e os pactos de união firmados pelos países latino-americanos, sendo o México uma das nações mais interessados em assentá-los.

Por certo, a história também avulta que os setores econômicos procuraram influenciar a política internacional. A propagação do ideal neoliberal – inclusive por meio dos sistemas educacionais – a vitória do capitalismo sobre o socialismo, a morte da utopia foram alguns recursos empregados para impor uma ideologia. A década de 1990 foi um período de assimilação desta perspectiva, ainda presente na agenda política do continente.

O Tratado de Livre Comércio do Norte, assinado em 1994, ocasionou o princípio da precarização do trabalho, a inflação e a desvalorização do peso mexicano, além de alterações no modo de produção nos Estados Unidos e Canadá, causando desemprego, reformas trabalhistas que levaram à perda de direitos conquistados. As empresas destes países buscaram maiores incentivos e encontraram no México, não apenas o acolhimento fraterno, mas impostos mais baratos, legislações mais frágeis, mão-de-obra barata, ausência de proteção trabalhista e frágil sistema previdenciário, reduzindo e muito, os custos operacionais do setor produtivo.

Mesmo os momentos que sucederam a assinatura do TLCN foram marcados por fortes tensões, não unicamente em relação ao conflito de interesses entre setores da sociedade, o levante de Chiapas, mas também dentro do próprio Partido Revolucionário Institucional (PRI). O candidato do partido, Luis Donaldo Colosio foi assassinado no dia 23 de março de 1994. Ernesto Zedillo (1994-2000) assume a candidatura presidencial e é eleito. Em setembro do mesmo ano, o presidente do partido e cunhado de Carlos Salinas de Gortari – o ex-presidente dos Estados Unidos Mexicanos – Jose Francisco Ruiz Massieu também foi morto. Duas figuras importantes foram eliminadas, levando a crer na divisão interna ou em interesses difusos que comprometeriam o caminhar do Tratado.

O TLCN foi, antes de qualquer coisa, um acordo entre empresários e amigos políticos. Não por acaso, após finalizar seu mandato, Ernesto Zedillo trabalhou nos altos cargos de empresas estadunidenses, tais como a Procter & Gamble (P&G), ALCOA e Union Pacific. Atualmente, desempenha a função de diretor do Centro para os Estudos da Globalização na Universidade de Yale⁵⁴. Após o término de seu

⁵⁴ Ver <http://ycsg.yale.edu/about-center-1>



mandato, assume Vicent Fox Quesada (2000-2006) que foi presidente da Coca-Cola América Latina, amigo pessoal do presidente estadunidense George W. Bush (2001-2009).

Estes dois presidentes foram cruciais para dar continuidade e robustez ao Tratado de Livre Comércio e ao projeto neoliberal iniciado em 1980, pauta principal do *soft power* estadunidense. Tanto Zedillo como Fox garantiram o avanço do Tratado, mas também abriram precedentes para as mudanças políticas necessárias para a ação da iniciativa privada sobre o território mexicano. Ações marcadas por violências simbólicas e materiais, o não reconhecimento sobre as formas de organização indígenas/ camponesas e o completo menosprezo pelos recursos naturais comprovam a venda do país.

De fato, o imperialismo não reconhece outros padrões de racionalidade que não o europeu, trazendo consigo sua essência avassaladora, a pior de todas, a usurpação de vidas, sangues, terras, línguas e costumes⁵⁵. Não cogita sequer a convivência mútua ou o reconhecimento legal das formas de ser e agir em troca da ampliação do território econômico do capital financeiro. Desse modo, percebe-se que o imperialismo é o mote maior da política estatal. Como força discursiva se utilizam dos mesmos preceitos europeus, não se desvencilhando dos aspectos coloniais que permeiam a economia/cultura e a política na América Latina.

Com a eleição de Donald Trump no dia 09 de novembro de 2016, muitas especulações foram feitas a respeito de seu mandato devido às promessas realizadas ao longo da corrida eleitoral. Toda declaração dada pelo novo mandatário estadunidense provocava ecos e ruídos no lado mexicano. O presidente Enrique Peña Nieto (2012-2018) se sentia na obrigação de responder às provocações, enfatizando a importância do México como principal parceiro comercial dos Estados Unidos, como maior importador e exportador. O posicionamento, por vezes, em tom desesperador de Nieto (a retomada insistente do papel do México frente à economia estadunidense em seus discursos) pôs em dúvida a autonomia e soberania do México frente aos EUA. Em realidade, o PRI perdia o mote maior de sua política internacional, da mesma forma, via esvaír todo o esforço empreendido para concretizar as reformas tão defendidas por Peña Nieto.

A eleição de Trump somada à baixa popularidade de Peña Nieto, ocasionou uma onda de protestos, tanto no México como nos EUA. No caso mexicano, o candidato populista, Andrés Manuel López Obrador, ex-prefeito da Cidade do México e líder do Movimento Nacional de Regeneração do México, ganha apoio popular e se situa entre os favoritos para 2018. Além disso, o ex-presidente Vincent Fox, antes aliado dos EUA, se posicionou contrário ao comportamento de Trump por seus comentários racistas, anti-imigração e discurso de ódio. Indiretamente, fez uma defesa a sua própria política de governo: ao alinhamento político-econômico com os

⁵⁵ Esta perspectiva não está presente apenas no México. Na conjuntura atual do Estado e governo brasileiro, procura-se expandir a fronteira agrícola sobre os territórios indígenas já demarcados e reconhecidos legalmente, reduzir ou retirar os direitos trabalhistas conquistados, reduzir o papel do Estado. As reformas e medidas encampadas pelo Estado brasileiro são muito semelhantes ao que o México fez a partir da assinatura do TLCN.



EUA; às ideias liberais adotadas ao longo de seu governo; à diminuição do papel do Estado junto à população. Entretanto, posicionou-se em defesa do México, do povo mexicano nos EUA.

Do lado indígena, EZLN convocou o V Congresso Nacional Indígena (CNI) – ocorrido entre os dias 29 e 31 de dezembro de 2016 em San Cristobal de las Casas, Chiapas – com o intuito de eleger uma mulher indígena que participará como candidata independente nas eleições do próximo ano⁵⁶. A proposta indígena vai na contramão da política vigente e visa a atender as demandas das populações indígenas e camponesas, a exemplo da autodeterminação dos povos, valorização do trabalho, reconhecimento e demarcação de áreas naturais e sagradas, distribuição de renda, entre outros. Os Estados indígenas vêm demonstrando na prática como firmar seus territórios, estabelecer relações comerciais, econômicas e políticas, valorizar a educação e a cultura.

O mais interessante é que os indígenas, por mais que quisessem reconhecer a autonomia e autodeterminação de seus territórios, não cogitaram, até o presente momento, em tomar o poder do Estado Central. Nem por vias democráticas e muito menos autoritárias e ditatoriais. A iniciativa surge diante das circunstâncias e da possibilidade de um futuro ainda mais truculento para a população rural, sobretudo com as novas reformas em marcha.

Em um primeiro momento, poder-se-ia pensar que a nova conjuntura política, a eleição de Donald Trump, e as incertezas relativas ao Tratado de Livre Comércio do Norte, faria com que o México investisse tempo e dinheiro na efetivação do Plano de Integração Física Regional, uma vez que os empresários e o capital mexicano possuem certa vantagem frente aos países da região. Conquanto, já há mais de cem dias da posse de Donald Trump, o cenário não tem sido nada favorável a ele. As promessas de campanha esbarraram nas oposições dentro do próprio partido – na ala moderada, a maior parte do congresso –, na refutação das “cidades santuário” contra a política anti-imigratória encampada e o discurso de ódio presente ao longo de sua campanha e do seu mandato, além do escândalo de espionagem envolvendo a Rússia.

No que diz respeito ao México, as propostas tanto populistas quanto indígenas tendem levar o país a outro caminho: ao rompimento das relações com os Estados Unidos, a relações menos assimétricas com os países mesoamericanos e caribenhos, maior diálogo com os países latino-americanos, a maior presença do Estado em relação à economia e sociedade. Seja como for, o México deve recuperar sua autonomia política e institucional, valorizar o campo arrasado pelo TLCN – em nome de sua soberania alimentar –, prestigiar o poli cultivo em detrimento das plantações e monoculturas de todo o tipo, reaver sua responsabilidade em relação à política energética. Ademais de incentivar, financiar, pesquisas que elucidem novos caminhos e formas de conduzir o país, desvinculando-se da política econômica do vizinho do Norte.

⁵⁶ LA JORNADA. **Comienza Congreso Indígena que elegirá a mujer para la elección presidencial.** Visto em 30 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2016/12/30/politica/012n3pol>



Referências

- ANDERSON, Perry. **A política externa norteamericana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ARCHIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO MEXICANO. **Las relaciones diplomáticas de México con sud-america**. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1925.
- BARKIN, David. **Un Desarrollo distorcionado: la integración de México a la economía mundial**. Siglo veintiuno: México, 1991.
- BBC BRASIL. **Chávez chama Fox de ‘cachorro’ e gera polêmica no México**. 11 de novembro de 2005. Disponível em:
http://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2005/11/051111_mexicoas.shtml. Acesso em 10 de outubro de 2012.
- CERVO, Amado Luiz. **Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina**. Revista Brasileira Política Internacional. 43(2): 5-27, 2000.
- _____. **Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871)**. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.
- _____. **A instabilidade internacional (1919-1939)**. In.: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CHANG, Ha-Joon. **O Mito do Livre Comércio e os Maus Samaritanos: a história secreta do capitalismo**. São Paulo: Campus-Elsevier, 2008.
- LIMA, Marcos Costa. **Development and Globalization in Periphery: the missed chain**. Perspectivas, São Paulo, v. 32, p. 15-46, ju/dez. 2007.
- _____. **O Brasil, o BRICS e a agenda internacional**. In.: PIMENTEL, José Vicente de Sá. O Brasil, o BRICS e a agenda internacional. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2013.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO. **Obras do Barão de Rio Branco: Discursos**. Brasília, 2012.
- NYE, Joseph. **Soft Power – The means to success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.
- PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, o BRICS e a agenda internacional**. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2013.



REYES, Elda Pérez. **La política exterior de México hacia sudamérica, 1900-1910**. Tese de Doutorado – Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Michoacana de San Nicolás, 2011.

RIST, Gilbert. **El Desarrollo**: historia de uma creencia occidental. Los libros de la Catarata: Espanha, 2002.

RIVERO, Oswaldo de. **O Mito do Desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SÁNCHEZ, J. Rafael Campos. **Primeros contatos diplomáticos entre México y Brasil**. D.F.: Editorial Praxis, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Tradução Jussara Simões. Bauru – SP: EDUSC, 2001.

SOARES, Maria Susana Arrosa. **Autonomia e Interdependência nas Relações Internacionais na América Latina**. ALAS. Disponível em: http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/Alas/Maria%20Susana%20A.pdf. Acesso em 05/09/2016.

STIGLITZ, Joseph. The Promise of Global Institutions. In. David Herd e Anthony McGrew. The Global Transformations Reader Introduction to the Globalization Debate. Cambridge, UK: Polity Press, 2003.

SUDAREV, Vladimir. **México y América Latina**: nueva etapa de relaciones. Traducción del artículo publicado en la revista rusa Латинская Америка No 6, 2013.

TULCHIN, Joseph S. **América Latina X Estados Unidos**: Uma Relação Turbulenta. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

*Recebido em 05/09/2017
Aprovado em 19/12/2017*